

Obras na entrada da Capital causam congestionamentos

Reforma do corredor humanitário deve para terminar em dezembro



EVANDRO OLIVEIRA/JC

EPTC sugere caminhos alternativos para evitar engarrafamentos em área próxima à rodoviária

/ MOBILIDADE URBANA

Cássio Fonseca
 cassiof@jcrs.com.br

O acesso a Porto Alegre pela avenida Castelo Branco, no sentido Interior/Capital em direção ao Túnel da Conceição, passa por um congestionamento além do comum em um trecho de 400 metros. Isso porque a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura está reformando o corredor humanitário, construído às pressas nas enchentes para facilitar a chegada de mantimentos e mão de obra no combate às cheias.

A estrutura, agora, passa pela instalação de contenções laterais da parte elevada, chamadas de barreiras New Jersey, que serão fixadas ao longo de toda essa extensão, conforme a prefeitura de Porto Alegre.

Com a reforma no espaço, das três faixas, apenas a da esquerda está liberada para os motoristas.

As outras duas, bloqueadas, são ocupadas pelos trabalhadores que instalam as barreiras, que primeiro recebem uma camada de terra, depois pedras e a tela para fixar o bloco. Vale destacar que o estreitamento da pista não ocorre 24 horas por dia, mas é constante e afeta a circulação no local.

A previsão de conclusão da obra, iniciada em 28 de julho, é para dezembro deste ano. Quando instaladas as barreiras, ainda será feita a “regularização do asfalto para nivelamento e escoamento da água da pista”, informa a secretaria, que contratou a empresa terceirizada Sultepa para gerir o projeto, com aporte de R\$ 1,4 milhão. A Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) completa que haverá um acabamento paisagístico com grama e a instalação de barreiras de concreto.

Com o trecho sobrecarregado nos horários de pico, a EPTC indica ao motorista caminhos alternati-

vos para acessar a cidade, como a avenida Sertório e a BR-290 (Freeway) no sentido Litoral.

Para reduzir os congestionamentos na chegada à cidade, a Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) recomenda o uso de rotas alternativas, evitando o acesso pela avenida Castelo Branco. A partir da Ponte do Guaíba, seguir pela avenida Sertório e acessar a avenida Farrapos.

Para quem vem pela BR-448, a Rodovia do Parque, a recomendação é utilizar a BR-290 (Freeway) no sentido Litoral e entrar pela Avenida dos Estados, em direção ao Aeroporto Salgado Filho. Dali, é possível seguir pela Terceira Perimetral (zonas Sul e Leste) ou avenida Farrapos (Centro). Para quem vem do litoral pela BR-290 (Freeway), a orientação é acessar a avenida dos Estados ou utilizar a entrada pela avenida Assis Brasil, chegando ao aeroporto pelo prolongamento da avenida Severo Dullius, na Zona Norte.

Autoridades apontam legislação enfraquecida para crimes hediondos

/ SEGURANÇA PÚBLICA

Cássio Fonseca
 cassiof@jcrs.com.br

Crimes macabros que fogem do cotidiano costumam atrair uma atenção exacerbada da sociedade, perplexa pela gravidade do ocorrido. Foi assim com o caso da mala, que ainda repercute e levanta debates entre autoridades sobre as falhas do sistema penal e da segurança pública. Entende-se que o principal problema está na legislação brasileira, que nas palavras do secretário da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, Sandro Caron, é “frouxa” e “só traz benefícios para o criminoso”. O tema foi debatido no “Tá na Mesa”, da Federasul, realizado ontem.

O forte posicionamento do secretário parte do pouco tempo de pena cumprida no regime fechado por aqueles que cometeram crimes hediondos. Hoje, após passar 40% da sentença no presídio – sem contar recursos como o trabalho prisional, que reduz um dia da sentença a cada três trabalhados –, o apenado pode progredir para o regime semiaberto.

“Temos uma séria dificuldade em manter alguém efetivamente preso”, explica Caron. E foi assim que o publicitário Ricardo Jardim saiu da prisão, não cumpriu os combinados com a Justiça para estabelecer o monitoramento eletrônico, se tornou um foragido e esquartejou a namorada, distribuindo parte do corpo pela cidade.

O procurador-geral de Justiça do Estado, Alexandre Saltz, relembra que crimes hediondos eram insuscetíveis de progressão de regime. “Mas houve um movimento capitaneado por advogados, exercendo, evidentemente, o direito de defesa, que começaram a insistir na inconstitucionalidade disso, até que o Supremo reconheceu”, infere.

Saltz alega que falta o entendimento de que a lei é o ponto defi-

nitivo e deve ser aplicada na exata medida em que foi aprovada pelo Congresso Nacional. Ele se mostra favorável, assim como o secretário, ao projeto aprovado em julho na Câmara dos Deputados que visa dificultar a progressão de regime para condenados por crime hediondo. O texto prevê o cumprimento de 80% da pena em cárcere e seguiu para o Senado.

“Quando se fala em crimes hediondos, quanto mais tempo o autor ficar preso, melhor. Primeiro porque para ressocializar alguém que praticou um crime gravíssimo, é preciso muito tempo. E também devemos passar uma sensação de punibilidade, dar o exemplo para quem pensa em praticar esses atos”, comenta Caron.

Por outro lado, o presidente da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris), Cristiano Flores, alega não saber se o caminho seria dobrar a permanência, mas frisa que algo deve ser feito. “A pena é fundamental. Mas também tem a responsabilidade do Estado de reduzir o apenado. Talvez a solução seja deixar ele mais tempo na prisão, mas também temos que ter as condições necessárias para que ele possa realmente evoluir e retornar ao convívio social”, completa.

O presidente da Federasul, Rodrigo Costa, que mediu o debate, questionou sobre “o que fazer com o maniaco que matou e continua dizendo que pretende matar”.

Outro ponto está no cuidado com os processos realizados na progressão do regime. “Identificamos um abrandamento dos laudos psiquiátricos, que dão um argumento jurídico para a progressão. Já começamos um projeto do Ministério Público junto com a Secretaria do Serviço Penal e Socioeducativo para a qualificação desses laudos. Para que se entenda a responsabilidade de assinar esse documento”, detalha Saltz.

Gigantinho recebe tapumes para as obras

/ INTER

Mauro Belo Schneider
 mauro.belo@jornaldocomercio.com.br

As bases dos tapumes das obras do Gigantinho, na avenida Padre Cacique, em Porto Alegre, começaram a ser instaladas nesta semana. Conforme divulgado no anúncio do projeto, a expectativa é que o espaço esteja apto para receber eventos a partir do

fim de 2026.

Junto às parceiras RBS Ventures e Tornak Holding, o Inter captou recursos na ordem de R\$ 20 milhões. O novo Gigantinho terá capacidade para receber públicos superiores a 10 mil pessoas e poderá sediar programação de diferentes portes e perfis, incluindo shows, eventos corporativos, apresentações cênicas e jogos de diversas modalidades.

Atualmente, o Gigantinho é

um ginásio poliesportivo e possui capacidade para 5.080 pessoas, além de 11 cabines destinadas à imprensa, 13 banheiros (seis femininos, seis masculinos e um para pessoas com deficiência), seis vestiários, 11 bares e seis portões de acesso. Inaugurado em 4 de novembro de 1973, sua última revitalização foi para a Copa do Mundo de 2014, quando a estrutura externa recebeu pintura.



SÉRGIO GONZALEZ/FEDERASUL/JC

Leis frouxas facilitam a vida do criminoso, concluem painelistas